

PLANO DE AÇÕES PARA O CNPJC

GESTÃO 2022 - 2023



31.01.2022

SUMÁRIO

Palavra do Candidato à Presidência	03
Membros da Chapa: Diretoria	05
Membros da Chapa: Conselho Fiscal	06
 METAS DE GESTÃO	
Administração & Controle	08
Comunicação	09
Tecnologia da Informação	10
Inteligência	11
Diálogos com a Sociedade	12
Capacitação, Geração & Transmissão do Conhecimento	13
Transparência, Acesso à Informação & Proteção de Dados	14
Parcerias Institucionais	15
Aperfeiçoamento da Gestão Pública & Combate à Má-Gestão	16



PALAVRA DO CANDIDATO À PRESIDÊNCIA

A intensidade da vida atual, potencializada pelos mecanismos digitais, torna o tempo cada vez mais escasso. A sensação é de que a vida não cabe nas 24 horas do dia.

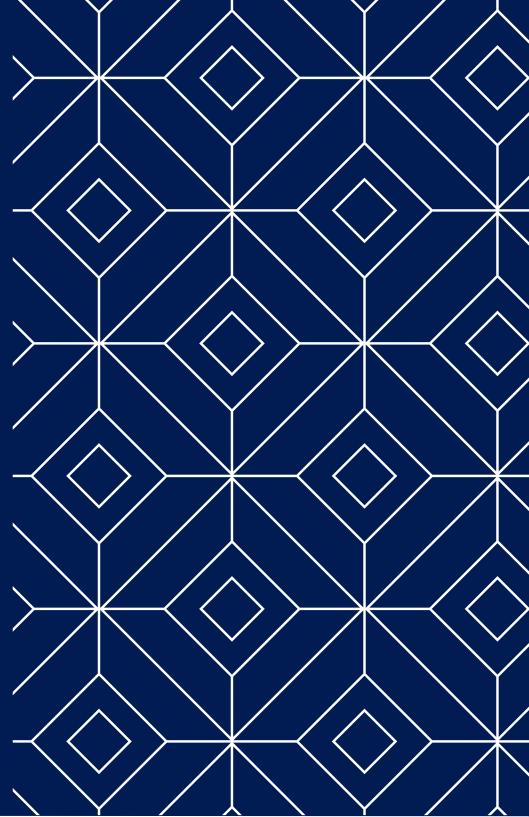
A despeito disso, cada membro desta chapa está disposto a dedicar parte do tempo diário para avançar na construção coletiva de um Ministério Público de Contas forte e resolutivo, dando sequência ao trabalho de excelência realizado pela atual diretoria.

O objetivo central deste plano de ação é promover a aproximação entre os órgãos ministeriais, na busca da organicidade possível, reforçando, perante a sociedade, o caráter indispensável do Ministério Público de Contas para o controle da boa gestão dos recursos públicos.

Thiago Pinheiro Lima

Procurador-Geral do Ministério Público
de Contas do Estado de São Paulo

MEMBROS DA CHAPA





DIRETORIA

THIAGO PINHEIRO LIMA

Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo



PRESIDENTE

GUILHERME DA COSTA SPERRY

Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado da Pará



VICE-PRESIDENTE, Diretor para a Região Norte

JOÃO AUGUSTO DOS ANJOS BANDEIRA DE MELLO

Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Sergipe



VICE-PRESIDENTE, Diretor para a Região Nordeste

JOSÉ GUSTAVO ATHAYDE

Procurador-Geral do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado de Goiás



VICE-PRESIDENTE, Diretor para a Região Centro-Oeste

ELKE ANDRADE SOARES DE MOURA

Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais



VICE-PRESIDENTE, Diretor para a Região Sudeste

CIBELLY FARIA

Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina



VICE-PRESIDENTE, Diretora para a Região Sul

ANTONIO TARCISO S. DE CARVALHO

Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado da Bahia



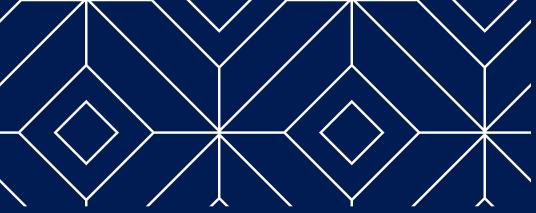
TESOUREIRO

ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS

Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Rondônia



SECRETÁRIO-EXECUTIVO



CONSELHO FISCAL

ALISSON CARVALHO DE ALENCAR

Procurador-Geral do Ministério Público
de Contas do Estado de Mato Grosso



TITULAR

ANNA HELENA DE AZEVEDO LIMA SIMÃO

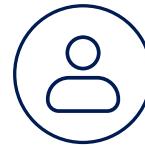
Procuradora-Geral do Ministério
Público de Contas do Estado do Acre



TITULAR

BRADSON TIBÉRIO LUNA CAMELO

Procurador-Geral do Ministério Público
de Contas do Estado da Paraíba



TITULAR

JAIRO CAVALCANTI VIEIRA

Procurador-Geral do Ministério Público
de Contas do Estado do Maranhão



SUPLENTE

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral do Ministério Público
de Contas do Estado do Amazonas



SUPLENTE

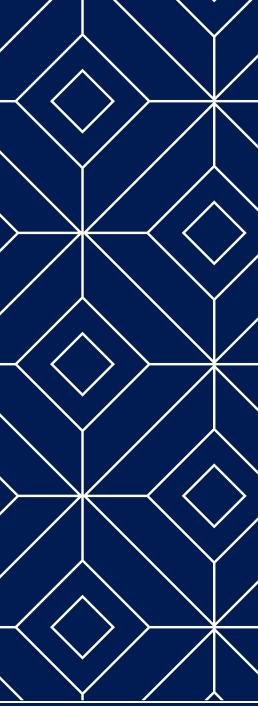
VALÉRIA BORBA

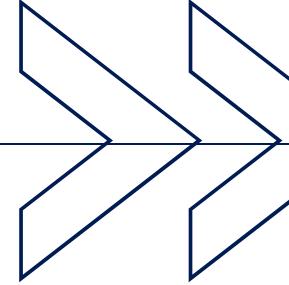
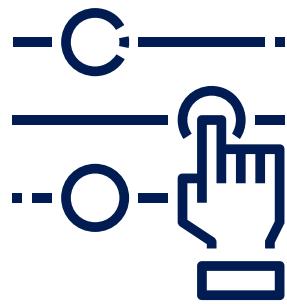
Procuradora-Geral do Ministério
Público de Contas do Estado do Paraná



SUPLENTE

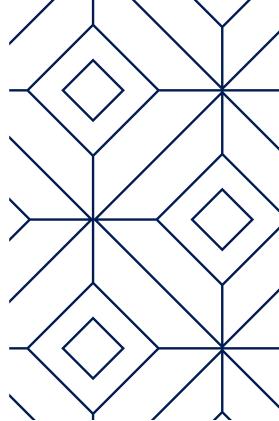
METAS DE GESTÃO





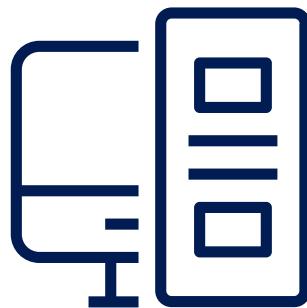
ADMINISTRAÇÃO & CONTROLE

- Manter atualizado o diagnóstico dos MPCs e estabelecer mecanismos para revisões anuais dos dados cadastrais de membros e servidores;
- Incentivar o planejamento periódico institucional no âmbito dos MPCs (planejamento estratégico);
- Instar a regulamentação dos procedimentos de apuração/investigação preliminar, reforçando recomendação expedida no ofício circular n. 18/2017 CNPGC;
- Realizar levantamento de ações que possam contribuir para o aumento da eficiência dos processos de trabalho e para a desburocratização da atuação ministerial, a exemplo da automatização de tarefas repetitivas;
- Estimular os MPCs a monitorar a eficácia das decisões proferidas pelas Cortes de Contas e debater/estudar medidas para aprimorar esta atividade;
- Impulsionar o conhecimento e a adoção de boas práticas executadas pelos MPCs.



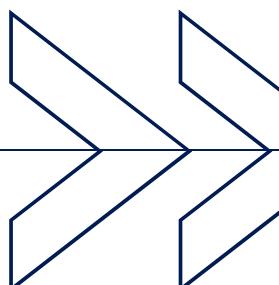
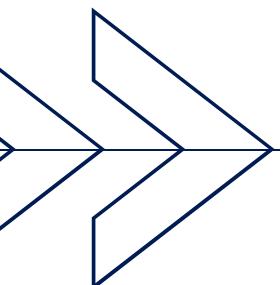
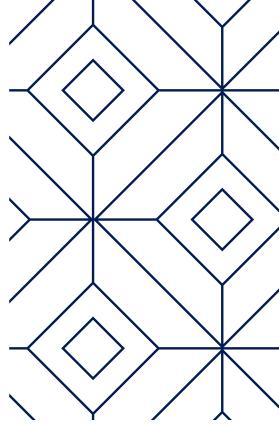
COMUNICAÇÃO

- Manter a execução do plano de comunicação com objetivos e metas para 2022, que leve em consideração: cenário nacional no qual está inserido o CNPGC; público-alvo; cronograma; linha editorial; fluxo de produção, aprovação e publicação de conteúdos; atualização do site; atualização periódica de mailing e realização de eventos online;
- Implementar Canal Oficial no Youtube;
- Promover a Agenda 2030 junto aos MPCs: realização de eventos, divulgação dos ODS nos canais de comunicação do CNPGC, promoção de cursos e elaboração de materiais/manuais para os servidores.



TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- Criar um Sistema Nacional de Informações para auxílio a todos os MPCs, contendo consultas a dados úteis para as atuações institucionais, banco de pareceres, representações, artigos, entre outras funcionalidades, de acesso exclusivo, mediante login e senha, para integrantes do MPC brasileiro (membros e servidores);
- Fomentar o uso de ferramentas de tecnologia da informação, na avaliação da eficiência, eficácia e efetividade de políticas públicas vinculadas à redução das desigualdades e à concretização de direitos fundamentais, como saúde e educação.



INTELIGÊNCIA

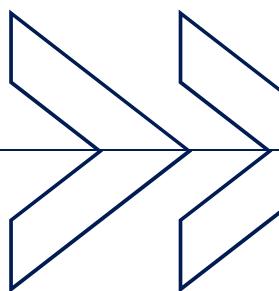
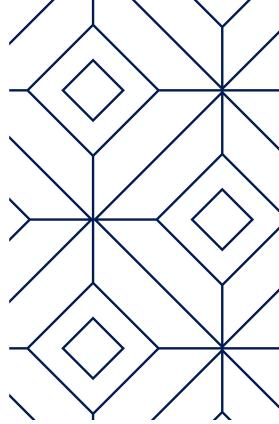
- Definir nome e sigla do sistema nacional de inteligência dos MPCs;
- Definir logomarca e identidade visual para uso nas aplicações do sistema nacional de inteligência dos MPCs;
- Firmar novas parcerias para facilitar a disseminação de bases de dados para todos os MPCs do Brasil;
- Incentivar a criação e aperfeiçoamento de núcleos e atividades de inteligência no âmbito dos MPCs;
- Estimular a criação de Políticas de Inteligência junto aos MPCs que já possuem seus núcleos;
- Promover cursos de aperfeiçoamento, preferencialmente em modelo online, com instituições parceiras (Redes de Controle, CGU, Polícia Federal, Polícia Civil, GAECOs e Sociedade Civil);
- Fomentar articulações com instituições parceiras para atuação conjunta (Redes de Controle, CGU, Polícia Federal, Polícia Civil, GAECO e Sociedade Civil);
- Mapear competências e promover a realização de cursos de aperfeiçoamento, preferencialmente em modelo online, entre os MPCs, visando compartilhar conhecimentos e metodologias de trabalho sobre determinadas temáticas.





DIÁLOGOS COM A SOCIEDADE

- Incentivar a formação de parcerias entre MPCs e entidades relacionadas a controle social, como, por exemplo, observatórios sociais e entidades sociais vinculadas à transparência governamental;
- Fomentar a criação de ouvidorias próprias dos MPCs.



CAPACITAÇÃO, GERAÇÃO & TRANSMISSÃO DE CONHECIMENTO

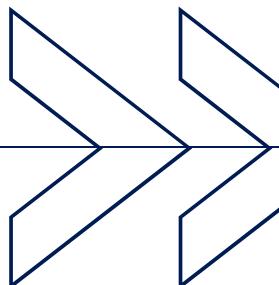
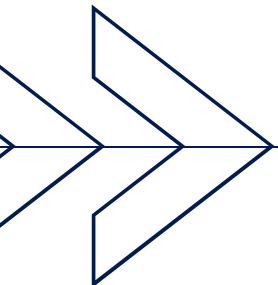
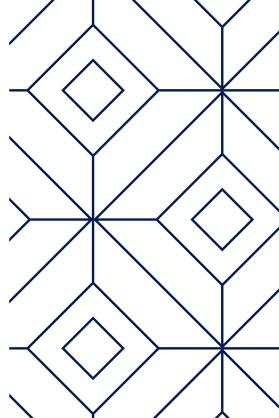
- Criar Escola Virtual (EAD), com disponibilização das gravações dos cursos e aulas relacionadas às atividades dos MPCs, incluindo projeto especial de captação/transmissão de conhecimentos de forma espiral;
- Impulsionar as funcionalidades da biblioteca virtual no CNPGC (normas internas MPCs, artigos jurídicos, banco de peças, e-books).





TRANSPARÊNCIA, ACESSO À INFORMAÇÃO & PROTEÇÃO DE DADOS

- Incentivar a criação de endereços eletrônicos oficiais de cada MPC;
- Verificar o cumprimento das regras de acesso à informação e transparência nos sites dos MPCs, tanto da forma ativa quanto passiva e divulgar os dados consolidados da transparência passiva no site do CNPGC;
- Estimular a adequação dos MPC's às exigências da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);
- Instar a criação e a disponibilização de cartas de serviços nos canais institucionais de cada MPC, em reforço à política de transparência da instituição e como mecanismo de fomento a uma maior participação social.



PARCERIAS INSTITUCIONAIS

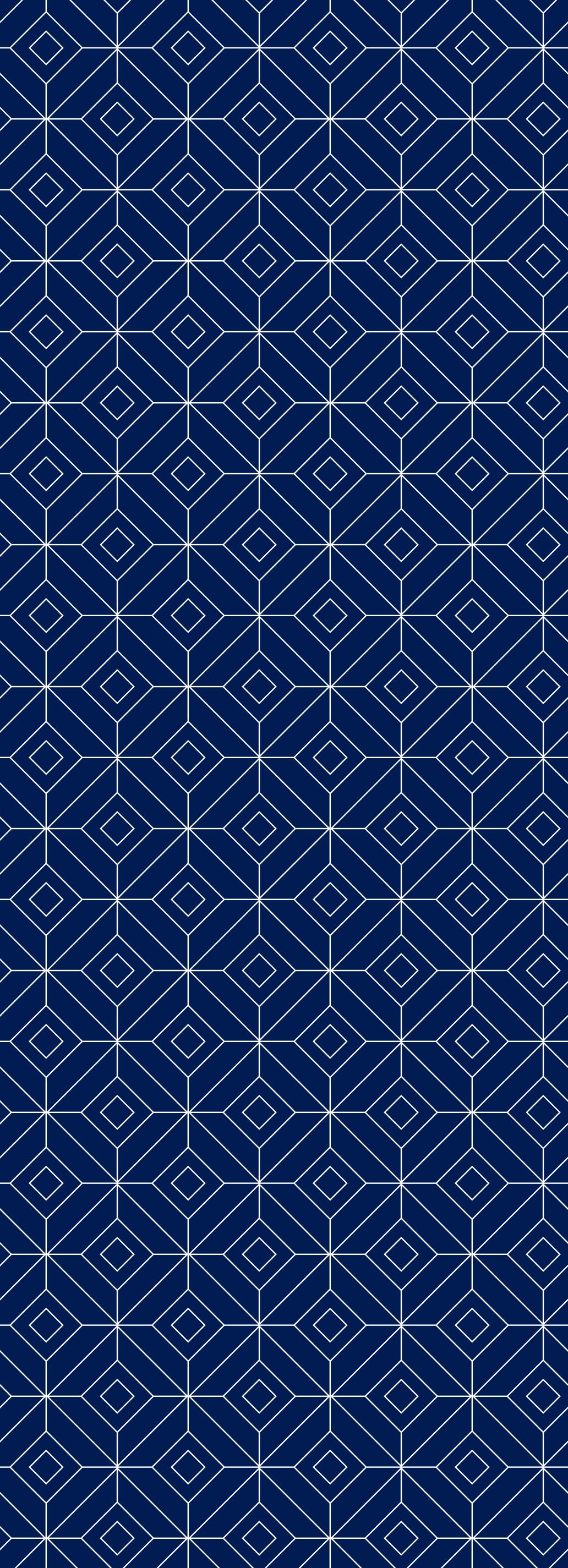
- Fomentar a aproximação, diálogo e participação em projetos conjuntos com demais entidades do MP Brasileiro (CNMP, MPs Estaduais e MPF) com o intuito de aprimorar atividades;
- Impulsionar a aproximação, diálogo e participação em projetos conjuntos com demais entidades do sistema de controle externo (CNPTC, IRB, Atricon, Ampcon, Audicon, ANTC) com o intuito de aprimorar atividades;
- incentivar a participação em iniciativas interinstitucionais de debate e busca de soluções articuladas entre gestores e órgãos de controle, para os problemas enfrentados em áreas essenciais - como educação e saúde.





APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA & COMBATE À MÁ-GESTÃO

- Instar o monitoramento, avaliação e fiscalização da criação, cumprimento, eficiência e eficácia de políticas públicas vinculadas à concretização de direitos fundamentais e efetivação dos ODS-2030, notadamente nas áreas de saúde e educação.



PLANO DE AÇÕES PARA O CNPJC

GESTÃO 2022 - 2023